

Professores somos

António Sampaio da Nóvoa

Um | Professores somos.

E porque somos professores sabemos que a educação nunca está acabada. Queremos sempre mais, melhor. A nossa matriz é a matriz da insatisfação, não descansamos enquanto houver uma só criança que não tem a educação que merece.

Ser professor é viver no desassossego, na inquietação, na procura, todos os dias, das respostas para os problemas das crianças e dos jovens. É aqui que bate o coração da profissão. Não nos interessa o conforto do que já foi feito, interessa-nos, sim, olhar para o que ainda falta fazer, sobretudo para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Mas esta insatisfação é muito diferente da crítica destrutiva, da banalização da ideia de que “isto está tudo mal”, uma crítica fácil, demagógica, que muitos foram fazendo ao longo dos anos, percebe-se agora, com o intuito de legitimar ideologias e políticas que corroem a escola pública e desgastam os professores.

Afastemos a espuma dos dias, para tomar como objecto científico a realidade escolar. Recorrendo ao campo da Educação Comparada, sabemos que é habitual proceder a uma sistematização das políticas a partir de alguns eixos. Ao verificar a posição do cursor em cada um destes eixos, encontramos a configuração de uma dada política educativa.

Entre outros, há cinco eixos que são regularmente seleccionados para este exercício comparado entre países.

Um primeiro eixo que vai da Igualdade de Oportunidades a políticas de Avaliação Selectiva.

Um segundo eixo que vai de um Currículo Alargado a políticas de Currículo Mínimo, regra geral ilustradas pela metáfora do “Ler, Escrever e Contar” (ou do “Português e Matemática”).

Um terceiro eixo que vai da Unificação do Ensino a políticas de Diversificação das Vias de Ensino (ou a Sistemas Duais).

Um quarto eixo que vai da defesa da Escola Pública a políticas de Privatização do Ensino, regra geral por via do cheque-ensino, mas não só.

Um quinto eixo que via do reforço da Formação de Professores a políticas que se preocupam sobretudo com o Recrutamento e o Acesso à Profissão Docente.



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

Outros eixos poderiam ser considerados, mas ficarei apenas por estes cinco. Não há políticas no estado puro e todas têm de atender, de uma ou de outra maneira, ao conjunto das dez dimensões que estão presentes nestes eixos. Mas, quando olhamos a posição do cursor em cada um deles, captamos a tendência global de uma determinada política.

Se aplicarmos este exercício a Portugal, ao longo dos últimos cinquenta anos, verificamos que estes cursores tiveram distintas localizações, antes e depois de Abril, numa combinatoria complexa. Mas nunca estiveram todos alinhados na mesma extremidade, como hoje acontece, alinhados em políticas selectivas baseadas em exames, na defesa de um currículo mínimo, de sistemas duais, da privatização do ensino e de estratégias de desvalorização da formação docente.

Deixem-me ser totalmente claro. Qualquer democracia, por mais imperfeita que seja, é mil vezes melhor do que qualquer ditadura. Mas, olhando para a configuração das políticas educativas, verificamos que, desde a transição da década de 50 para a década de 60, que não havia em Portugal uma política educativa tão extremista, uma política que está a pôr em causa a democratização do ensino, a escola pública e a dignidade da profissão docente.

É isto que, como professores, não podemos aceitar, porque está a ser posto em causa um caminho que, com muitas dificuldades, os portugueses fizeram nas últimas décadas, caminho imperfeito, com o qual estamos insatisfeitos, mas insatisfeitos para o continuar, para o levar mais longe, e não para o interromper, para o destruir.

Dois | Professores somos.

E porque somos professores temos um dever, o dever de assegurar a qualidade da nossa formação e da nossa profissão.

Sim, temos de nos bater por mudanças de fundo na formação de professores. É preciso encontrar “terceiros espaços”, de ligação entre a formação e a profissão, construir uma ligação mais forte entre as instituições de formação e as escolas, e as culturas profissionais docentes, à imagem do que acontece na formação médica. Mas nada disto pode ser feito com uma visão estreita, retrógrada, como aquela que tem prevalecido nas actuais políticas educativas sobre a formação de professores, baseadas exclusivamente nos “conteúdos”, como se nada mais contasse para a qualidade do ensino. Pobre ideia, de tempos passados, totalmente alheada do presente.

Sim, também temos de nos bater por políticas que controlem o acesso à profissão, questão central para a qualidade, o prestígio e a confiança do público. É muito importante construir períodos de transição entre a formação e a profissão, períodos de “indução profissional”, ancorados em processos de supervisão e de tutoria, com recurso a professores de referência, durante os quais se vai procedendo a uma orientação ou reorientação das carreiras. Mas não é certamente através de provas absurdas, como a “Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades”, que se atingirão estes objectivos.

Sim, para além da formação inicial e da indução profissional, temos de nos bater por programas de formação contínua, fundamentais para uma constante actualização dos professores. Mas não pode ser numa lógica de mais cursos, de mais cursos e de mais

conteúdos, tem de ser através de um enraizamento da formação contínua em práticas colegiais de análise e de reflexão partilhada. Como diz o Sérgio Niza, não somos uma corporação, porque não é a um espírito de corpo que aspiramos, constituímos antes um colégio colaborante, onde em comum trabalhamos sobre as nossas obras. É isto a formação contínua, “trabalhar em comum sobre as nossas obras”.

Sim, para além da formação inicial, da indução profissional e da formação contínua, também temos de nos bater pela avaliação dos professores e do seu trabalho. É imprescindível ter dispositivos de avaliação, com momentos de auto-avaliação e momentos de partilha, que são decisivos para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional. Mas confundir isto com modelos burocráticos, sem qualquer sentido pedagógico ou profissional, é um erro que causa mais problemas do que aqueles que resolve. A burocratização está a matar a vida nas escolas e na profissão. Tudo isto vem de governos anteriores, e tem trazido um enorme desgaste para os professores, no plano interno, mas também no plano público.

O que mas espanta nestes quatro temas – formação inicial, indução profissional, formação contínua e avaliação – é a forma como têm sido sistematicamente utilizados como “armas de arremesso” contra os professores, e não como formas de desenvolvimento e de prestígio da profissão.

Como se as políticas precisassem de se fazer “contra” e não “com” os professores. Parece ignorar-se que os professores constituem, hoje, o mais numeroso corpo profissional, com formação superior, existente no nosso país. Têm um potencial de conhecimento e uma capacidade de intervenção que não é possível desconhecer, desperdiçar.

É preciso respeitar a legitimidade democrática dos governos, mas todos sabemos que nas escolas e nos professores há mais conhecimento sobre educação do que nos ministérios, nas secretarias de Estado ou nas direcções-gerais. Se não houver capacidade de ouvir, de integrar este conhecimento, de fazer política “com” os professores, não saberemos responder a nenhum dos desafios que temos pela frente.

Três | Professores somos.

E porque somos professores, precisamos de conhecer a história, não para nela nos fecharmos, mas para, com ela, pensarmos. Os dois principais educadores do século XX português escreveram as suas obras mais marcantes precisamente no ano de 1915. Registemos, pois, este centenário. Primeiro, com Faria de Vasconcelos, depois, com António Sérgio.

Em 1915, Faria de Vasconcelos publicou o seu livro emblemático, *Une école nouvelle en Belgique*, escrito em Genève, onde se tinha refugiado na sequência da invasão da Bélgica pelos alemães. No prefácio, Adolphe Ferrière publica, pela primeira vez, os famosos “Trinta pontos”, que condensam o ideário da Educação Nova.

Porquê recordar este facto? Por uma razão simples. Como professores temos a obrigação de pensar e antecipar o futuro, de estar sempre num diálogo, por vezes difícil, com as novas gerações, à procura dos melhores meios, das melhores formas de educar.

Ora, as políticas educativas que temos parecem olhar apenas para o passado, informadas e enformadas por concepções arcaicas e obsoletas, quando deviam, isso sim, reflectir nas mudanças impressionantes que estão a ter lugar, na ciência, na tecnologia e na sociedade, com todas as suas conseqüências para a aprendizagem e para a educação.

Ouçamos o filósofo francês Michel Serres: O fundamental está nas nossas cabeças. Estamos a viver a terceira revolução de fundo na história da humanidade. A primeira foi a invenção da escrita, há 6000 anos – permitiu que não fôssemos obrigados a aprender a tradição oral de memória. A segunda foi o livro, impresso, há 500 anos – permitiu-nos ler Montaigne, procurando ter uma cabeça bem feita em vez de bem cheia. A terceira revolução é hoje, no conhecimento, no digital, neste mundo que coloca todos os conhecimentos à disposição de todos, em permanência, estejamos onde estivermos.

Não me interessa a tecnologia pela tecnologia, e sei bem os imensos problemas que o seu uso levanta, mas não posso ignorar as mudanças profundas que estão a ocorrer, no acesso ao conhecimento, no estudo, no pensamento, na relação, na inteligência (*na interligação*), na comunicação, na forma como aprendemos.

Podemos preferir “não querer saber de nada disto”, mas se o fizermos estaremos a cavar um fosso, ainda maior do que aquele que já hoje existe, entre nós e os nossos alunos, um fosso no interior do qual estão jovens que pretendemos educar com base em lógicas que datam de um tempo que eles já não reconhecem: edifícios, recreios, salas de aula, anfiteatros, campus, bibliotecas, laboratórios, e até conhecimentos... lógicas que datam de um tempo e que pertencem a uma época em que os seres humanos e o mundo eram o que já não são nos dias de hoje (Michel Serres).

A consciência de que somos contemporâneos desta “evolução”, desta “revolução”, obriga-nos a sair do conforto das certezas para irmos à procura das respostas do futuro. Com a mesma ousadia que Faria de Vasconcelos, e a sua geração, pensaram a escolas e a pedagogia. Infelizmente, em vez disso, parece prevalecer, nas políticas, e não só, um discurso do “antigamente”, discurso inútil e nefasto, porque nos afasta das nossas responsabilidades no presente.

Uma coisa vos digo: se não formos capazes de pensar com ousadia os desafios actuais, a escola pode tornar-se uma instituição dispensável ou residual, apenas para acolher os mais desfavorecidos, porque os outros se educarão por outros meios.

E isto seria a pior notícia para todos aqueles que, como eu, acreditam na escola pública, democrática, enquanto lugar, como dizia João dos Santos, onde estão todas as crianças de todas as famílias “qualquer que seja o seu cheiro, forma, encadernação ou linguagem”.

Quatro | Professores somos.

E porque somos professores temos de ler e reler, não para copiar, mas para reinterpretar, a *Educação Cívica* de António Sérgio, também escrita em Genève, também publicada precisamente há cem anos.

Registe-se o princípio do *self-government* (do auto-governo), da presença, da participação democrática na vida da escola, de alunos e professores, alargada também à sociedade:

“A liberdade e a cidadania devem ser alimentadas todos os dias, pacientemente recriadas, sempre reconquistadas, pois se não realizarmos este treino diário perdemos a forma, perdemos a pujança, e não conseguiremos construir o futuro que ambicionamos”.

Persiste, entre nós, a ideia errada de que a autoridade do professor é contraditória com a ideia de participação e de democracia. Não, não é. Antes pelo contrário. A autoridade reforça-se sempre num quadro de diálogo e de presenças, de todos. Não compreender isto é nada compreender do que é “a educação de humanos por humanos para o bem da humanidade” (Mikhail Epstein).

Para que serve a educação? A obra de Sérgio responde-nos: para erguer a liberdade.

Desde logo, a liberdade de cada um. A educação, a cultura, o conhecimento, servem para nos abrir mundos que, de outro modo, nos teriam ficado desconhecidos, inacessíveis, servem para nos libertar da ignorância e da incultura, dos lugares em que a ignorância e a incultura nos fecham, impedindo-nos de ser livres.

A Escola serve a liberdade de cada um, mas também a liberdade de todos. O grande drama de Portugal foi sempre o atraso educacional, o afastamento dos centros de cultura e de ciência. A educação não é condição suficiente do desenvolvimento, mas é condição necessária. Porque sem educação, não há independência nem liberdade.

Não podemos descansar. A liberdade nunca está pronta, acabada, exige de nós um compromisso diário, constante, um compromisso que começa na escola, na escola pública, porque é aqui que se faz a liberdade, a liberdade de cada um e a liberdade de todos.

É tempo de concluir. Faço-o, recordando o que Albert Camus escreveu ao seu professor do ensino primário, quando recebeu o Prémio Nobel da Literatura:

“Acabam de me conceder uma grande honra, que não procurei nem pedi. Quando soube da notícia, o meu primeiro pensamento, a seguir à minha mãe, foi para si. Sem a mão afectuosa que estendeu à pequena criança pobre que eu era, sem o seu ensino, e o seu exemplo, nada disto teria acontecido”.

Este é o segredo maior da nossa profissão. Segredo. Missão. Compromisso. Responsabilidade. Abrir mundos.

Em todas as minhas palavras esteve presente a ideia de que a Escola é uma instituição e não um serviço ou uma mercadoria. O que distingue a troca da mercadoria da partilha do conhecimento? Deixem-me recorrer, uma vez mais, a Michel Serres.

Se eu tiver um euro e tu tiveres um pão, com o euro eu pago-te o pão. Tu ficas com o euro, mas sem o pão, eu fico com o pão, mas sem o euro.

É assim com a mercadoria. É um equilíbrio perfeito. Mas, no caso da cultura, o que conta é o crescimento, a partilha.

Se eu tiver um poema de Sophia de Mello Breyner e tu tiveres o teorema de Pitágoras, eu dou-te o poema e tu dás-me o teorema, mas ficamos os dois com as duas coisas, ficamos os dois com o poema e com o teorema. A cultura é partilha, onde todos crescem.

Portugal não precisa de rupturas com o caminho feito depois de Abril. Precisa de mudanças, de melhorias, de transformações que continuem a nossa aproximação da cultura e do conhecimento. Sabemos, de experiência feita, que nada substitui um bom professor. E, no meio de tantas contrariedades, esta é a certeza que nos alimenta e nos anima.

Não nos chega um pensamento já pensado. Precisamos de ir mais longe, na reflexão, na acção, no debate, na construção de novas práticas pedagógicas e educativas.

É verdade que as coisas são como são. Mas só são como são, até que alguém comece a transformá-las. Esse “alguém” somos nós, porque **somos Professores**. E, por isso, somos construtores, e não destruidores, somos construtores de futuros, e não de passados. Combatemos o desperdício (de forças, de energias, de pessoas) e defendemos sempre a cultura e o conhecimento.

Portugueses somos, escreveu Joel Serrão, a quem fui buscar inspiração para a intervenção neste Congresso, e com quem agora termino:

“Ao olhar pela vidraça, como quem espreita o ânimo quebrado por um momento de desânimo ou talvez de cansaço, que vejo? Que esperança é esta que sinto correr com o meu sangue? Desculpai a confiança: à chuva, ao vento, as roseiras que pudei em Dezembro rebentam já, e um cacho de glicínias - um só cacho ainda – antecipa-se em promessa do que será, em breve, um lençol lilás... **Portugueses somos**, amigos. É bom sabê-lo – e assumi-lo.”

Sim, Portugueses somos, **Professores somos**, amigos. “Possuímos dentro de nós um sonho que nos excede” (Raul Proença). Mas este é o sonho que nos faz professores. É bom sabê-lo – e assumi-lo.